

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO QUESTÃO IDENTITÁRIA EM ESPAÇOS LUSÓFONOS

Ludmila Jones Arruda¹

Marcella Iole da Costa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos das questões identitárias referentes à língua portuguesa utilizada em dois espaços e contextos distintos. Será discorrido acerca do termo *lusofonia* e a forma que este termo pode se aplicar a espaços de uso da língua portuguesa, mesmo que não seja a língua oficial do país. Para tanto, serão estudadas as maneiras pelas quais o idioma é usado em Cabo Verde, ex-colônia de Portugal, e, também, em uma comunidade portuguesa na França (Associação de Portugueses de *Fontenay*), por meio de breve análise sobre as questões da colonização, da diáspora e do hibridismo cultural. A partir dessa análise, será possível entender como a língua faz com que a identidade se manifeste de maneiras diferentes.

Palavras-chave: Identidade, lusofonia, diáspora, Cabo Verde, Portugueses de Fontenay

ABSTRACT

The present article proposes to analyze some aspects of the identity issues referring to the Portuguese language which is used in two distinct places and contexts. Highlighting the Portuguese language, the term '*Lusophony*' will be explained, as well as the way it can be applied in places where the language is used, even it is not the country's official language. In order to that, it will be studied the ways of the Portuguese use in *Cape Verde*, ex-colony of Portugal, and also in a Portuguese community in France (*Associação de Portugueses de Fontenay*), by a brief analysis of colonization issues, the diaspora and cultural hybridism. In

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

the course of this analysis it will be possible to understand how the language expresses identity in different ways.

Keywords: Identity, Lusophony, diaspora, Cape Verde, Portugueses from Fontenay

Este artigo destaca aspectos de questões identitárias relacionadas às comunidades onde a língua portuguesa é falada por uma minoria da população, sendo ela língua oficial, como é o caso de Cabo Verde, ou sendo uma língua falada por imigrantes que visam preservar sua cultura materna nos países estrangeiros, como acontece nas comunidades de língua portuguesa residentes na França.

Para que seja possível discutir tais questões, é necessário conhecer o conceito de *identidade*. A definição mais comumente conhecida coloca a identidade como um conjunto de características que definem um indivíduo, como: nome, idade, estado, profissão, sexo, entre outras. Dessa forma, é possível perceber que a maioria dos elementos que definem a identidade não são estáticos (como estado, profissão, idade etc.), estando em processo de contínua transformação. É o que afirma Ciampa (1987), que defende o caráter de metamorfose que a identidade traz consigo, pois, ainda que tenha uma aparência imutável, mudanças ocorrem frequentemente nos elementos construtores de identidade. Em outras palavras, pode-se dizer que o indivíduo não se define somente por características fixas, como as características genéticas, mas, principalmente, pelas atividades que exerce e pelos diferentes papéis e funções que assume em cada situação. Somos professores, alunos, filhos, pais, etc. e carregamos conosco todas as características de que precisamos em cada momento, em cada situação. Podemos afirmar, então, que a identidade vai sendo construída sempre como resultado dos vários processos de interação pelos quais passamos ao longo da vida. Nesse sentido, são as experiências vividas que a transformam e a modificam: as identidades

não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2000: 108 apud BRITO; HANNA, 2010: 77)

Da mesma maneira que se considera a identidade individual, pode-se pensar, também, a identidade coletiva. A identidade coletiva recebe fortes influências do “lugar” em que se origina, ou seja, da sociedade em que se insere, pois “a partilha de problemas comuns que provocam reações análogas podem levar a uma tomada de consciência da identidade e da solidariedade” ³(RÉMY, 1983: 99), o sujeito individual contém, na formação da própria identidade, elementos da identidade coletiva.

A identidade coletiva reúne em si elementos comuns a co-habitantes de determinada comunidade social que a distinguem das demais. Quando a comunidade em questão se trata de uma nação, a questão identitária passa a considerar aspectos históricos, como se a identidade nacional se constituísse de toda uma herança cultural construída ao longo dos anos de formação dessa nação. Nesse sentido, “uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua [...]” (THIESSE, 1999 apud FIORIN, 2010). Para que todos esses elementos constituam, de fato, uma identidade nacional é necessário que sejam assimilados e defendidos pelos indivíduos atuantes dessa nação, para que possam sentir-se, também eles, partes constituintes dessa nacionalidade.

Nesse contexto, a língua é um importante elemento revelador da identidade, mas que transcende a identidade nacional, já que há línguas que, do ponto de vista político, representam, oficialmente, diversos países, como é o caso da língua portuguesa. Nações diferentes com histórias e contextos culturais também distintos, acabam sendo “unidas” por uma mesma língua oficial. Além disso, mesmo pequenas comunidades, ao viverem circunscritas em um país estrangeiro (como é o caso de comunidades fixadas, por exemplo, no Canadá, nos EUA, na Austrália, na França etc.), mantêm marcas de sua identidade nacional também preservadas pelo uso da língua materna. Mira Mateus (2001: 19) exemplifica a situação de Brasil e Portugal que, unidos por uma mesma língua, possuem características culturais diferentes. É possível ver as diferenças na religião, na música, nas artes plásticas e literárias, e ainda, na língua, que mesmo sendo a mesma, apresenta diferenças tanto na modalidade oral como na escrita. “A identificação cultural é a realização, para cada pessoa, de

³ Tradução livre do original: “le partage de problèmes communs provoquant des réactions analogues peut provoquer une prise de conscience de l’identité et de la solidarité” (Rémy, 1983: 99).

uma determinada cultura abstratamente considerada. [...] Essa identificação está ligada aos hábitos, crenças, atividades artísticas, relações parentais e sociais do mesmo restrito, em que o indivíduo está inserido. Sendo assim, procuramos estudar a seguir as maneiras pelas quais a língua portuguesa representa identidades várias, nos diferentes contextos apresentados.

Lusofonia

Ao tratar de aspectos identitários de comunidades lusófonas, faz-se necessário apontar a conceituação de lusofonia que norteia o presente artigo. De forma sucinta, entende-se por lusofonia um sistema de comunicação no âmbito da língua portuguesa que compreende os países e comunidades que a adotam como língua oficial, como é o caso dos oito países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e dos demais lugares como Macau (na China) e Goa (na Índia), (BRITO; BASTOS, 2003: 72). Há, entre os estudiosos dos países de expressão em língua portuguesa, certas divergências em relação ao uso do termo *lusofonia*, pois há aqueles que defendem que, devido ao fato da sua natureza etimológica e semântica remeter à Lusitânia, ou ao prefixo luso, vindo do latim *lusu* significar lusitano, ou algo relativo a Portugal, esse termo ainda esteja muito ligado à origem portuguesa, o que reforçaria todo o histórico de dominação das antigas colônias de Portugal cujos processos de independência foram mais traumáticos, dando uma falsa ideia de superioridade portuguesa em relação aos demais países que também se comunicam por meio da língua portuguesa. (cf. BRITO e BASTOS, 2006).

Adota-se, aqui, uma conceituação de lusofonia livre dessa centralização na metrópole, procurando levar em conta os diversos aspectos do uso da língua portuguesa muito além da sua função comunicativa. Enxergar a língua portuguesa também como uma maneira de manifestação da cultura das diversas comunidades que a utilizam é fundamental para se entender a lusofonia como um “espaço de cultura”, como lembra Fiorin (2006), que trabalha a unidade linguística (a língua portuguesa) ao mesmo tempo em que destaca todas as especificidades dessas comunidades, manifestadas também pelo uso particular que fazem da língua. Assim como defende Lourenço (2001), não há um proprietário absoluto da língua portuguesa. A língua pertence a todos os seus usuários, a todos aqueles que dela se apropriam

da maneira que julgam mais apropriada dentro de determinada comunidade, país ou situação comunicativa.

Houve um tempo em que os principais traços culturais e sociais de uma comunidade eram facilmente delimitados por seus limites geográficos. Já na pós-modernidade, percebemos que tais fronteiras já não são mais tão definidas, fazendo com que a interpenetração entre costumes e, conseqüentemente, entre culturas seja cada vez mais frequente. Dessa forma, não podemos nos limitar, no que diz respeito aos estudos lusófonos, às fronteiras dos territórios nacionais. Como colocam Brito e Hanna (2006), “é preciso considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada ‘diáspora lusa’”. (p. 82).

Sendo assim, no estudo das comunidades lusófonas, é preciso considerar as conseqüências do hibridismo cultural nelas presente, que faz com que traços próprios se misturem com outros, de uma forma que um não apague o outro, contribuindo para o constante processo de construção de suas identidades.

Língua Portuguesa

Levando em consideração apenas a questão da língua para que sejam abordados os aspectos identitários, foram escolhidos dois espaços em que a língua portuguesa é usada de maneiras diferentes: Cabo Verde, que, colonizado por Portugal tem como língua oficial o português; e França, que, mesmo não sendo um país lusófono, há a existência de comunidades onde a língua portuguesa é a língua usada para comunicação intergrupala.

É importante ressaltar que, nos países africanos de língua portuguesa, embora haja a oficialização do português, a população não faz uso dessa língua na comunicação cotidiana. No caso de Cabo Verde, por exemplo, a língua usada para comunicação cotidiana é o *crioulo*, conhecido também como *língua cabo-verdiana*. Essa língua é usada em situações informais, como no dia-a-dia e entre familiares. Muitas vezes, o primeiro contato que a criança tem com a língua portuguesa, língua oficial, do ensino e da administração, é na escola, em que precisa aprender a falar e ainda, a escrever em uma língua que não faz parte das suas relações familiares.

Para que se possa compreender a existência de uma língua “secundária” que faz o papel de “principal”, vale esclarecer como o crioulo se formou nas ilhas.

Antes inabitada, as ilhas de Cabo Verde foram tomadas pelos portugueses em 1460, que, nos anos seguintes levaram com eles, um grande número de escravos vindos de várias partes da África, especialmente da Guiné. Com a proporção muito maior de escravos, “em 1582, para 13.700 escravos, havia em Santiago e no Fogo talvez uma centena de brancos” (CARREIRA 1972, apud DUARTE, 1998: 87), a língua usada para a comunicação entre eles, não foi, apenas, a língua portuguesa. Considerando a diferença entre os próprios africanos, que, vindo de partes distintas, falavam línguas diferentes, tiveram que ‘criar’ uma língua para comunicação. Sendo a dominação portuguesa, a língua dos dominadores foi usada como forma de comunicação entre eles, porém, os africanos usaram uma forma que auxiliaria na compreensão entre senhores e escravos: “O aparecimento dos crioulos se deveu à necessidade de comunicação entre portugueses e povos das costas africanas[...]” (CANIATO, 2002:130). A partir daí, a “crioulização” da língua foi se alastrando de maneira rápida pelas ilhas, sempre utilizando características da língua portuguesa juntamente com as das línguas maternas: “utilizaram os lexemas portugueses com a sintaxe das suas próprias línguas, mas numa perspectiva de autonomização estrutural” (DUARTE, 1998: 37). Em longo prazo, o crioulo foi se tornando a língua materna da comunidade dominada e dos descendentes portugueses.

É importante ressaltar que os portugueses ainda tentaram expandir o uso de sua língua materna na ilha, porém os falantes de língua portuguesa sempre estiveram em número inferior, o que dificultaria o alastramento da língua. Nos séculos seguintes, o crioulo foi ganhando força e sendo falado por toda a população. Era difícil encontrar alguém na ilha que falasse as duas ‘línguas’:

Não havia o bilinguismo generalizado, o grupo de falantes monolíngües crioulos sempre foi muito numeroso. Era mais provável o falante de português como língua materna ter o crioulo como segunda língua do que o inverso. O crioulo foi conquistando os falantes portugueses. (FANHA, 1983: 297)

Com o crioulo ganhando espaço, fica claro que as classes mais elevadas também aderiram ao uso da língua cabo-verdiana, como Almeida (1983):

O crioulo não é só falado em todas as classes inferiores da população cabo-verdiana como ainda nas mais elevadas, encontrando-se até, nestas, senhoras e crianças que só falam o crioulo quando em família e reuniões de sociedade

ou se exprimem em português com sotaque do crioulo (ALMEIDA, 1983: 74)

Com a criação da escola primária, em 1817, as crianças começaram a ter o acesso ao ensino da língua portuguesa. Como as crianças não tinham o contato com a língua no ambiente doméstico, o aprendizado de um novo idioma para elas era uma tarefa difícil, pois não conseguiam entender o sentido de se adquirir um idioma que não usariam no seu dia-a-dia. Pelo fato de a língua portuguesa ser a única ensinada na escola, há o sentimento por parte da população de que o crioulo seja uma língua inferior à língua portuguesa. Pela maneira como o idioma do ex-colonizador é ensinado – seguindo a gramática normativa – as crianças entendem que no português há um sistema definido e padronizado e que o crioulo é uma “*forma menos correcta do português*” (FANHA, 1983: 297). Esse é um dos motivos de a língua portuguesa ser mantida como a língua oficial do país, mesmo após a independência em 1975. O fato de não se ter uma sistematização do crioulo faz com que tal língua seja uma mera forma de comunicação informal, sem um sistema definido.

Porém, é inegável que a língua crioula faça parte da cultura do povo cabo-verdiano pelo fato de essa língua ter resistido a muitas imposições portuguesas. Duarte (1998: 100) afirma que “uma forte consciência de identidade cultural” é capaz de explicar a sobrevivência dessa língua crioula nas ilhas. “[...] a sua permanência nas ilhas (...) é a prova máxima de que o crioulo, tal como a morna ou a cachupa, faz parte do patrimônio cultural do cabo-verdiano”. Pode-se dizer que, baseado em toda uma história passada com a língua crioula, essa língua local, para o cabo-verdiano tem mais importância do que a língua portuguesa, embora ainda não seja uma língua oficial do país⁴. Como já foi discutido anteriormente sobre a questão identitária, o povo carrega consigo marcas da identidade que são adquiridas na vivência, na cultura, e principalmente na língua de sua formação. Isso porque a língua é capaz de expressar a forma de pensar de certo povo, pois é por meio dela que se representam os pontos de vistas, a vivência. É a manifestação mais visível que uma pessoa tem de expor suas ideias.

⁴ De acordo com o *website* do governo de Cabo Verde, o Estado estuda a possibilidade da oficialização da língua cabo-verdiana simultaneamente com a língua portuguesa, conforme se encontra nos *dados gerais* do seguinte endereço: <http://www.governo.cv/>

Outro fato que marca a história de Cabo Verde é a questão diaspórica, ocorrida principalmente por volta dos anos 70, antes da independência. Muitos cabo-verdianos foram para a Europa procurando novas oportunidades, visto que, em Cabo Verde, poucos eram os que tinham acesso a novos empregos, a melhores salários e boas condições de vida. Com a saída dos cabo-verdianos para outros lugares, a língua crioula era a língua que permanecia com eles nessa vivência. Duarte (1998) informa esse dado importante:

Em França, tivemos ocasião de encontrar filhos de portugueses, de polacos, de húngaros, de armênios que desconheciam a língua dos pais. Ora, os filhos e netos de cabo-verdianos, onde quer que se encontrem falam o crioulo em família. Mas ignoram o português, que não os identifica como cabo-verdianos (DUARTE, 1998: 101)

Pode-se compreender que, o crioulo é um relevante traço identitário de Cabo Verde. Há, para o cabo-verdiano, uma importância um pouco maior do que a língua oficial, o português. A língua portuguesa é reconhecida como a língua das situações administrativas, econômicas e oficiais do país. O fato de ela ter sido mantida como oficial deve-se, também, à facilidade de estabelecer relações internacionais, que seria mais viável com uma língua utilizada também em outros países.

Ainda sobre a diáspora, vale destacar que, trata-se de uma questão bastante ligada à construção da identidade do indivíduo, tendo sido muito comum nos países africanos na época da independência e também em Portugal. As pessoas que saem de seus países constroem novas maneiras de pensar, pois se adaptam a situações que, antes não faziam parte das suas. Como pontua Woodward, “a dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares”. (2000: 21-22 apud BRITO e HANNA, 2010: 77). É importante ressaltar que a identidade nunca se perde, pois as pessoas levam consigo as experiências adquiridas anteriormente. A manifestação mais visível de que a pessoa sempre levará consigo marcas de sua origem é a língua materna. Por mais que a pessoa aprenda uma nova língua, jamais será da maneira como foi assimilada a língua de origem. Se Bakhtin (1995: 94-95) diz que a assimilação ideal de uma língua é alcançada quando o sinal se apaga completamente sob o signo e a identificação sob a compreensão, e ainda que a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial, mostra que o aprendizado de uma língua que não faz parte da vivência da pessoa se

torna muito mais difícil, e a assimilação de um outro idioma fica, de certa maneira, prejudicada já que a pessoa não obteve a vivência naquele local como no seu lugar de origem.

Pelas razões descritas acima, podemos identificar algumas das causas que levam um determinado grupo a continuar com seus costumes e a preservar o seu idioma quando sai de seu país. É o caso de pequenos grupos que vivem em países diferentes dos seus, como vemos, por exemplo, as comunidades japonesas em São Paulo, as comunidades alemãs em Santa Catarina, etc. Essas pessoas continuam, na medida do possível, com seus costumes, seus valores, e, principalmente conversam usando sua língua materna.

Como nosso enfoque é a língua portuguesa, é interessante ver como ela se manifesta também em espaços onde, apesar de não ser oficial, é utilizada por uma parcela da população. Se, por um lado, vimos que em Cabo Verde, a língua portuguesa, mesmo oficial, não é usada na comunicação cotidiana, veremos como uma comunidade – cuja língua materna é o português – consegue preservar a sua língua em um lugar em que o idioma não é falado pela população, como é o caso das comunidades portuguesas encontradas na França.

Há, atualmente, um grande número de imigrantes portugueses instalados nas diversas cidades da França. Os movimentos de emigração dos portugueses em direção à França tiveram dois momentos mais expressivos. O primeiro foi a época subsequente à Primeira Guerra Mundial, quando parte da população portuguesa via na falta de mão-de-obra que estava ocorrendo na França para se reconstruir após a guerra, uma oportunidade de estabilidade que não tinham na própria pátria. O segundo momento de significativa emigração de Portugal para a França ocorre a partir de meados da década de 50 até, aproximadamente, a década de 70, quando cerca de um milhão de portugueses instalaram-se na França. Essa segunda onda imigratória se deu pelo fato de a população estar descrente no desenvolvimento econômico de seu país, que estava sob um regime ditatorial desde 1926. Notícias chegavam sobre o desenvolvimento dos demais países da Europa, o que os fazia acreditar que a única maneira de escaparem da situação degradante em que vivam e trabalhavam era deixar Portugal rumo a outros países da Europa. A emigração portuguesa continua até hoje, porém, não com a mesma expressividade.

Percebe-se que os motivos pelos quais tais portugueses deixaram sua pátria exemplificam o que acontece nas diásporas modernas, pois se tratam de comunidades que, de

alguma forma, foram “expulsas” de seus locais de origem e viram-se “obrigadas” a se inserem em uma cultura diferente.

Para que a convivência dentro dessa nova cultura seja menos traumática há a tendência de se criarem comunidades ou associações onde os imigrantes possam se relacionar entre si e manter vivas sua imagem, cultura e tradições mesmo em um país estrangeiro. Há um grande número de associações de portugueses na França, mas elas não possuem um número de componentes muito expressivo. São formadas, geralmente, por pequenos grupos de amigos que procuram um ambiente familiar, ou um lugar de interesse comum para os portugueses ou descendentes de portugueses.

Para demonstrar de que maneira a preservação da língua portuguesa dentro dessas associações é uma das formas de manifestação da identidade portuguesa desses imigrantes, escolheu-se tomar como exemplo a *Associação de Portugueses de Fontenay*, uma das mais ativas da região de Paris. As informações sobre essa associação, bem como sobre suas atividades foram obtidas no próprio *website* da associação. Criada em 1976, essa associação se destaca das demais por desenvolver projetos e atividades não só voltados aos imigrantes, mas, principalmente, aos seus descendentes, pois acreditam ser essa nova geração nascida na França, mas com origens portuguesas, responsável por não deixar as tradições se apagarem. É o que mostra a descrição da associação no *site*:

Mais do que um simples rancho « Aldeias de Portugal » é um espaço de convívio com uma vocação social mais de que artística, que é ocupar os tempos livres da juventude luso descendente. Com efeito, é notável o interesse dos jovens pôr esta actividade tradicional que, ao contrário de certos preconceitos, não tem nada de « arcaico » e que, devido a essa implicação dos jovens, está precisamente em constante evolução. Os jovens encontram aí um espaço de comunicação, de troca e de descoberta das suas raízes, sendo eles próprios a incitar os pais e os amigos a participar activamente no grupo. Esses jovens tornam-se assim, pôr sua vez, transmissores da cultura portuguesa, a transição cultural efectuando-se agora não só dos pais para os filhos mas também em sentido contrário. Este sucesso mostra bem a realidade e a importância duma dupla cultura que leva a integração no espaço social francês das tradições portuguesas e cuja melhor ilustração é sem dúvida a participação do grupo folclórico no desfile do 14 de Julho, dia nacional francês, na cidade de Fontenay.⁵

⁵ Texto retirado do *website* da Associação de Portugueses de Fontenay.

Percebe-se ao final da citação uma manifestação clara da hibridização cultural, resultante do contato harmonioso entre as tradições portuguesas e francesas, pois em uma data comemorativa tipicamente francesa (14 de Julho), há a participação do grupo folclórico português, formado por jovens membros da associação. A maior evidência da presença desse hibridismo cultural é o fato de o próprio autor do *site* referir-se a essa realidade como “dupla cultura”. É a mais pura demonstração de aceitação do contato entre elas. Dentro desse contexto, a “hibridização não significa um declínio pela perda de identidade. Pode significar também o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades.” (LACLAU, 1996: 87). A hibridização cultural fica clara em mais um trecho do *site*, em que é descrita a comemoração do dia 25 de abril, data em que os portugueses comemoram a “Festa da Liberdade” (Data da Revolução dos Cravos):

A festa tornou-se ao longo dos anos um acontecimento de grande importância que envolve um número de protagonistas cada vez mais considerável: membros ou não da associação, crianças, adultos, portugueses, franceses, etc... Aliás, a colaboração do Município de Fontenay mostra bem o sucesso da integração da comunidade portuguesa em França, estas comemorações incluindo-se agora no calendário da cidade ao mesmo título que as festividades nacionais.⁶

Por diversas vezes no site o autor justifica as atividades da associação como uma *necessidade*, como, por exemplo, no trecho em que se refere aos rituais religiosos: “Pôr estarem longe do seu país e dos pais e dos seus familiares, os portugueses sentem a necessidade de se reunir, principalmente na época das festas religiosas.” Essa necessidade é uma forma de reafirmarem sua identidade nacional, justamente por estarem fora de seu país de origem. Sobre isso, Morokvasic (1971) coloca:

[...] estudos defendem que o grupo nacional é menos importante quando o indivíduo se encontra em seu próprio país... No seu meio de origem e na sua vida quotidiana normal o indivíduo tem menos tendência a tomar o grupo nacional como referência. Do mesmo modo o autor mostra que o grupo nacional torna-se o grupo de referência importante no momento em que o indivíduo deixa o país de origem e entra num meio cultural novo. (MOROKVASIC, 1971 apud NETO, 1986: 249)

⁶ Texto retirado do *website* da Associação de Portugueses de Fontenay.

Essa necessidade também fica claramente demonstrada em relação à língua portuguesa, no momento em que são descritos os grupos musicais de tocadores de acordeão formados por membros da comunidade:

Criou-se no seio da associação um grupo de músicos, já experientes, que praticam acordeão de maneira activa e intensiva. Alguns estudaram ou estudam nos conservatórios onde aprendem a tocar um repertório francês, mas sentem a necessidade, devido às suas origens, de tocar também um repertório português, nomeadamente das suas respectivas regiões, e é precisamente na associação que encontram um espaço adequado às suas necessidades.⁷

Percebe-se que mesmo os portugueses/descendentes que receberam uma formação musical francesa não se sentem plenamente satisfeitos se não tocarem um repertório português. Mais uma vez o autor do *site* utiliza os termos “sentir a necessidade”, o que evidencia a preservação da língua portuguesa como manifestação e manutenção da identidade portuguesa desses imigrantes.

Ao final do presente artigo, pôde-se constatar brevemente como a língua portuguesa dá conta de identidades várias, dentro dos diversos contextos em que está atualmente inserida. Seja em um espaço onde é utilizada em situações oficiais e formais, como é o caso de Cabo Verde, seja em comunidades onde não se trata da língua oficial, mas que é mantida como forma de preservar a nacionalidade de seus falantes, como é o caso das comunidades portuguesas fixadas na França. É interessante perceber como o idioma se manifesta de maneiras diferentes para essas duas realidades, tanto na intenção como nos momentos em que é utilizado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João. A população de Cabo Verde. In: *Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial/ Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. II. Porto; 1983. p. 51- 75.

ASSOCIAÇÃO DE PORTUGUESES DE FONTENAY [internet]. Disponível em: http://arcpf.free.fr/pages/associac_opag.html. Acesso em 2 dez. 2010.

⁷ Idem.

BRITO, Regina e BASTOS, Neusa. *Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia*. In: Martins, M. L. ET AL (ors.). *Comunicação e Lusofonia*. Porto; Campo das Letras. 2006. p. 65-77.

BRITO, Regina e HANNA, Vera. *Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões*. In: Bastos, N. M (org) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo; EDUC, 2010. p. 75-87.

CARREIRA, António. *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Lisboa. 1972.

DUARTE, Dulce Almada. *Bilinguismo ou Diglossia? As Relações de Força entre o Crioulo e o Português na Sociedade Cabo-verdiana*. Spleen Edições. Praia, 1998.

FANHA, Dulce. Mesa-Redonda. In: *Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa - 1983. Actas. Vol. II. 1985. p. 292.

FIORIN, José Luiz. A lusofonia como espaço linguístico. In: Bastos, N. M. *Língua portuguesa reflexões lusófonas*. São Paulo; PUC-EDUC. 2006. p. 25-47.

FIORIN, José Luiz. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In: Bastos, N. M (org) *Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional*. São Paulo; EDUC, 2006.p.49-62.

GOVERNO DE CABO VERDE [internet]. Disponível em: <http://www.governo.cv/>. Acesso em 30 nov. 2010.

LACLAU, Ernesto. *¿Por que los significantes son importantes para la política?* In: “Emancipación y diferencia”. Buenos Aires (AR): Ariel, 1996. p. 87.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

RÉMY, J. *Identité et altérité: processus de spatialisations individuelles et collectives*. Espaces et Cultures. Paris, 1983. p. 97-115